

PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM

Elinaldo Ferreira da Costa¹; Luiz Fernando Correia de Almeida¹; Diego de Araújo Batista¹; Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves¹

¹Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Manaus, AM, Brasil.

Rec.: 10.05.2015. Ace.: 11.12.2015

RESUMO

Este artigo é oriundo de projeto de pesquisa alocado no Programa de Apoio à Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Amazonas, realizado no âmbito da Pró-Reitoria de Inovação Tecnológica (PROTEC), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). O artigo discute a importância do trabalho realizado pela PROTEC na UFAM. Utiliza-se como metodologia uma análise comparativa entre os quantitativos de registro de propriedade intelectual depositados antes e depois da criação da PROTEC, através da análise de dados coletados na base de dados do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e em acervo documental da PROTEC. O artigo delinea os resultados relativos ao perfil de depósitos de patentes, marcas e programas de computador. Por fim, apresentam-se algumas propostas para o aumento de registros de patentes na UFAM, com indicação de ações estratégicas, baseadas no potencial técnico, científico e tecnológico da UFAM.

Palavras chave: Pró-Reitoria de Inovação Tecnológica. Propriedade Intelectual. Depósitos de Patentes.

ABSTRACT

This article arose from the research project allocate at the Program of Support to Initiation in Technological Development and Innovation on Amazonas, carried out at Pro-Rectorry of Technological Innovation (PROTEC), financed by *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas* (FAPEAM). The article points out the role of PROTEC in the protection of intellectual property at UFAM. Using as methodology a comparative analysis between the quantity of intellectual property register before and after the creation of PROTEC, through the analysis of the data collected by National Institute of Industry Property (INPI) and PROTEC data base. The article outlines the results with regarding to the register profile of the patents, trades marks and software. Moreover, it proposes the increase of patents register in the UFAM by indicating strategic actions based at the technical, scientific, and technological potential of UFAM.

Keywords: Pro-Rectorry of Technological Innovation. Intellectual Property. Patents Applications.

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) foi criada em janeiro de 1909 e possui um contingente de aproximadamente 46.000 pessoas entre servidores, docentes e discentes. A UFAM atendendo a Lei de Inovação nº 10.973 de 02/12/2004 e a Lei Estadual do Amazonas nº 3.095, de 17 de Novembro de 2006, que dispõem sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo no âmbito do Amazonas, tendo sido o primeiro Estado brasileiro a promulgar sua Lei de Inovação, assim, a UFAM, criou o seu Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) por meio da Portaria nº 1.498 de 10/08/2007. Em 2009, o NIT teve suas competências e atribuições ampliadas, a partir de um processo de reestruturação do mesmo por solicitação da nova gestão da UFAM, de julho de 2009. Assim foi instaurado um processo de discussão para elaboração da Política Institucional de Inovação Tecnológica e Proteção da Propriedade Intelectual da UFAM (PII/UFAM) com a participação de todos os segmentos institucionais (técnicos, docentes e discentes). A PII/UFAM foi aprovada (Resolução 009/2011) pelo Conselho Universitário (CONSUNI), transformando o NIT numa Pró-Reitoria (Resolução 010/2011): a Pró-Reitoria de Inovação Tecnológica (PROTEC). As atribuições assumidas por este órgão deram importância estratégica para promoção institucionalizada da transformação do conhecimento científico e tecnológico em inovação para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Amazonas e do país, via gestão do processo de inovação, que envolve desde a produção do conhecimento até a transferência de conhecimento e de tecnologia para o setor produtivo.

A PROTEC está vinculada a Reitoria da UFAM, e tem como missão: Gerir os instrumentos da Política Institucional de Inovação Tecnológica da UFAM, com proteção da Propriedade Intelectual dos segmentos institucionais e valorização dos Conhecimentos Tradicionais Associados, promoção da Transferência Tecnológica para produção de inovação, visando a formação de cidadãos e o desenvolvimento da Amazônia. Assim, a PROTEC foi estruturada para atender às necessidades de gerir, registrar, orientar e organizar a produção das diversas modalidades de inovação (tecnológica, social e cultural) no âmbito da UFAM, atribuindo importância fundamental às atividades de registros da propriedade intelectual (PI) gerada por professores/pesquisadores da UFAM e o trabalho para que essas produções tornem-se, efetivamente, depositadas e protegidas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Vale ressaltar que a PROTEC criou o Sistema de Inovação da UFAM-SIUFAM para otimizar e ampliar sua atuação, cujo papel é, em associação com os demais órgãos da PROTEC e diversos setores da instituição, gerir fluxos, processo e serviços de apoio, orientação, prospecção da produção dos ativos institucionais, além de difundir, publicar e socializar os resultados. Para potencializar estes serviços, a Coordenação de Comunicação (CCI) foi estruturada com o papel estratégico no âmbito do sistema.

Neste estudo busca-se identificar o papel atual da PROTEC nas ações de proteção dos ativos intelectuais da UFAM, considerando os dados comparativos da situação anterior e posterior a criação da PROTEC/UFAM. O objetivo deste trabalho é realizar uma análise comparativa entre os quantitativos de registro de patentes UFAM junto ao INPI, antes e depois da criação da PROTEC, através da análise de dados coletados na base de dados do INPI e em acervo documental da PROTEC.

METODOLOGIA

Delineamento da pesquisa: a investigação caracteriza-se por um estudo transversal descritivo, baseado em pesquisa bibliográfica e documental. Os dados documentais estão sendo coletados junto a PROTEC/UFAM e na base de dados do INPI disponível no portal do instituto. A análise abrange o quantitativo de depósitos de patentes, marcas e programas de computador, no período anterior à

criação da PROTEC/UFAM (período de 2004 a 2010) e o período pós-criação da PROTEC/UFAM (2011 a 2014), para que se possa realizar uma análise do volume de depósitos de patentes através de dados estatísticos e, por conseguinte, aferir a mudança de comportamento em termos de patenteamento na PROTEC em relação ao montante de Propriedade Intelectual (PI) da UFAM.

Dentre os procedimentos técnicos e metodológicos da pesquisa adota-se a pesquisa bibliográfica, com a realização de um levantamento de artigos publicados, a pesquisa documental junto à base de documentos da PROTEC e a análise dos documentos coletados na base de dados *on-line* do INPI. Quanto à classificação da pesquisa trata-se de uma pesquisa descritiva, que segundo Andrade (2001), permite ao pesquisador observar, realizar análises, bem como classificar e interpretar os fenômenos. Para Reis (2010):

A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever um objeto de estudo determinado, e estabelecer a inter-relação entre fenômeno e a população, usando variáveis, como forma de procurar descobrir a frequência como que os fatos acontecem no contexto pesquisado. (p. 65)

Assim sendo, tal abordagem permitirá aferir e alcançar o objetivo geral proposto pela pesquisa, e assim identificar, comparar, estabelecer e descobrir a frequência com que os fenômenos ocorrem na atualidade da PROTEC/UFAM, na condição de ação estratégica para instituição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As políticas públicas no Brasil, nas duas últimas décadas, serviram para impulsionar a criação de vários mecanismos de relacionamento e interlocução entre universidade-empresa. Dentre as principais ações destacam-se a efetivação da Lei de Propriedade Industrial n.º 9.279/1996 e da Lei Federal de Inovação n.º 10.973/2004. No estudo que se apresenta faz-se relevante considerar a Lei Estadual de Inovação do Amazonas n.º 3.095/2006. Esta legislação incentivou o processo de gestão da inovação, o registro de marcas e patentes, e o Licenciamento e Transferência de Tecnologia que são elementos estratégicos para estreitamento da relação universidade-empresa.

A Lei de Inovação brasileira baseou-se fortemente na legislação dos EUA, no qual o apoio governamental para estimular as práticas de P&D visam facilitar a cooperação entre empresas, universidade e laboratórios federais e foram fomentadas no início da década de 1960. O principal instrumento utilizado pelo governo daquele país foi o uso do poder de compra do Estado em favor da produção local (*Buy American Act*). No caso brasileiro, a lei brasileira baseou-se, também, na Lei de Inovação e Pesquisa da França n.º 99.587, de 12 de julho de 1999. Assim, a lei brasileira visa o incentivo a cooperação entre o setor público e o privado, através da Transferência e o Licenciamento de Tecnologia, além de criar mecanismos que estimulem a inovação tecnológica no ambiente acadêmico. Segundo Cysne (2005, p. 65), a transferência de tecnologia é "[...] um processo de comunicação de duas mãos pelo qual, duas partes (o provedor e o receptor) trocam conhecimento e no qual a aquisição, o entendimento, a absorção e a aplicação de tecnologia pelo receptor ocorre de forma objetiva e com sucesso."

Nesse contexto, o papel da PROTEC é buscar caminhos para promover a interlocução entre a universidade e a iniciativa privada a fim de estabelecer um fluxo de informação e uma rede de relacionamento capaz de tornar o conhecimento e os produtos do saber em uma propriedade intelectual e que esta possa beneficiar a sociedade, além de “[...] favorecer a criação de um ambiente propício para a transferência de tecnologia e para a proteção de conhecimento na [universidade]” (LOTUFO, 2009, p. 55).

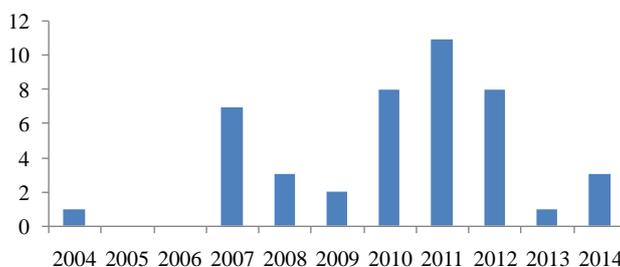
De acordo com Santos et al (2015), as ICTs “vêm analisando os seus portfólios de tecnologias e a contribuição das universidades públicas para o Sistema Brasileiro de Inovação”, essas ações buscam reforçar a importância dos NITs para a efetivação do processo proteção e transferência de PI para o setor produtivo.

Em 2004, foi realizado o primeiro depósito de patente da UFAM junto ao INPI, tratando-se de um produto voltado à área de Ortodontia, esse depósito foi resultado de uma cooperação entre a Fundação Universitária do Amazonas (FUA)¹ e a Associação de Ensino de Ribeirão Preto. Com isso abriu-se o caminho para atender a demanda institucional por proteção dos ativos intelectuais produzidos na UFAM com depósitos de patentes junto ao INPI. Os depósitos de patentes e registros de marcas eram realizados pela Comissão Permanente de Propriedade Intelectual (CPPI), ligada à Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP) da UFAM, antes da criação da PROTEC (2011).

Conforme apresentado no Figura 1, no período de 2004 a 2014 foram realizados 44 depósitos de patentes no INPI pela UFAM/FUA, sendo que 37 destes foram depositados pela FUA e 7 pela UFAM. E do total, 17 resultaram de cooperação entre UFAM/FUA, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), Associação de Ensino de Ribeirão Preto, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Vale do São Francisco, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). O estudo considerou o volume total dos depósitos efetuados pela UFAM disponíveis no acervo *on-line* do portal do INPI e acervo documental da PROTEC.

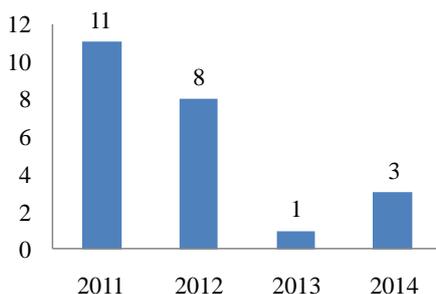
No Figura 2 é possível observar o período de início dos trabalhos da PROTEC/UFAM. Segundo dados da PROTEC, existem 2 depósitos de patentes que ainda aguardam publicação na base do INPI e que não aparecem no Figura, pois para efeito de análise considera-se os pedidos publicados e disponíveis no site instituto.

Figura 1 - Pedidos de Registros de Patentes da UFAM/FUA junto ao INPI



Fonte: Autoria própria, 2015.

Figura 2 - Pedidos Registros de Patentes da FUA/UFAM junto ao INPI (Depois da PROTEC)



¹ FUA – Fundação Universitária do Amazonas, mantenedora financeira da Universidade Federal do Amazonas- UFAM.

Fonte: Autoria própria, 2015.

No período entre os anos de 2011 a 2012, conforme os dados do INPI e os relatórios da PROTEC/UFAM foram realizados 19 depósitos de patentes junto ao INPI, representando um significativo resultado frente à nova política adotada pela UFAM, com vistas a atender a Lei de Inovação 10.973/2004. Este resultado deveu-se à redução do *backlog*² das atividades da CPPI, que durante o período de operacionalização do NIT/UFAM, entre 2007 e julho de 2009 definia normas internas e padecia da falta de recursos humanos com habilidades técnicas (SILVA, 2014), condições que geravam um longo tempo de resposta às demandas por proteção intelectual na UFAM.

A partir de 2009 com o processo de reestruturação do NIT/UFAM diversas ações ganharam agilidade, todavia a expansão das ações deu-se com a criação em 2011 da PROTEC que para cumprir suas atribuições buscou promover: a disseminação das novas políticas de patenteamento junto às unidades acadêmicas, aos centros e núcleos de pesquisas, aos cursos de Graduação e Pós-Graduação da UFAM; atuar na captação de recursos financeiros junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), CNPq, CAPES, além de buscar apoio financeiro junto a diversas outros órgãos; a capacitação dos segmentos institucionais com a realização de cursos, seminários, palestras, entre outras ações para esclarecer a importância da proteção do conhecimento desenvolvido no âmbito da Universidade e disseminar a cultura da inovação. Ao se comparar a evolução no tempo, percebe-se que esse processo gerou uma evolução gradativa e crescente de boas práticas, alcançando o seu melhor resultado nos anos de 2011/2012.

As ações da PROTEC estimularam os pesquisadores, possibilitaram a identificação das produções existentes e impulsionaram o crescimento dos depósitos de patentes. A importância desse novo modelo de gestão pode ser notado ao se contemplar o contingente de pedidos de patentes da UFAM/FUA junto ao INPI quando comparado e analisado na trajetória que ocorreu com a evolução no tempo. Identificou-se que de 2011 a 2013 houve uma queda considerável dos pedidos de patentes junto ao INPI. Se nos anos de 2011 e 2012 foram realizados 19 pedidos de patentes no INPI, em 2013 o quantitativo de depósitos não foi significativo, apenas 1 pedido de patente para o ano de 2013. Esta baixa produtividade nos últimos anos do estudo está relacionada à estabilização da demanda por depósitos de patentes na UFAM e a oferta de serviços por parte da PROTEC, no sentido de atender as solicitações de proteção intelectual junto ao INPI. A Pró-Reitoria criou novos programas institucionais que abrangem políticas, técnicas e métodos que facilitem o acesso aos serviços, através da atuação do Departamento de Gestão da Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (DePI), que desenvolve o atendimento direto aos colaboradores internos e externos evitando morosidade nas respostas, com a realização de atividades de capacitação e formação sobre PI e Transferência de Tecnologia junto à comunidade acadêmica e no plano da sociedade externa, divulgando as ações da PROTEC, com a promoção de visitas técnicas em *habitats* de inovação (Parques Tecnológicos, Incubadoras, entre outros) e se manejando ferramentas de gestão do INPI, como o *e-Patentes*, e um conjunto de soluções que visam à modernização do processamento das patentes dentro do INPI. Esse conjunto de soluções engloba sistemas tanto na área de *e-Administração* (processos internos do INPI) como na de *e-Serviços* (comunicação com o público externo) (INPI, 2013).

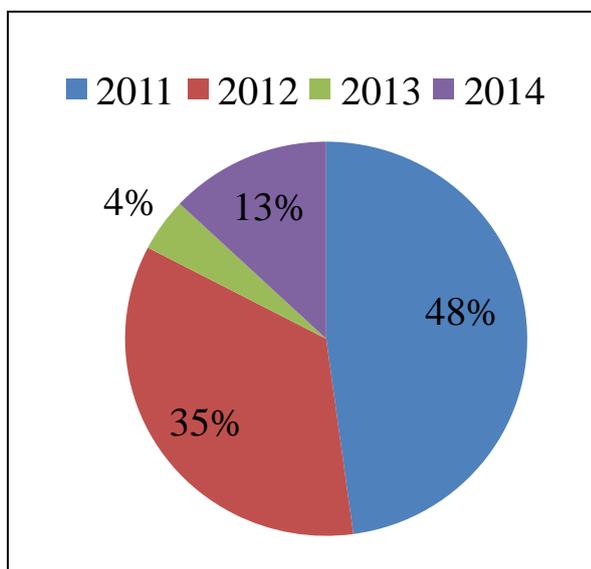
Analisando o volume total do universo de 44 pedidos de patentes, 21 desses registros foram solicitados no período de 2004 a 2010, assim temos a média de 3 pedidos de depósitos de patentes por ano. Ressalta-se que no ano de 2011 a 2014 obtemos um montante de 23 pedidos de depósitos de patentes, uma média aproximada de 5,75 patentes por ano, em dados aproximados, comparando a média do período de 2004 a 2010 com o período do início dos trabalhos da PROTEC/UFAM

² Terminologia usada para se esclarecer o tempo médio para decisão sobre o pedido de depósito de patentes (ABRANTES, 2011, p. 117).

(2011 a 2014), pode-se observar um aumento de 2,75 dos pedidos de depósitos de patentes por ano na PROTEC.

O Figura 3, destaca o percentual de pedidos de depósitos de patentes realizado pela UFAM/FUA no decorrer do período de 2011 a 2014 por ano. Há de se observar que o período de 2012 a 2013, ocorreu uma leve redução da procura por depósito de patentes junto a PROTEC. E o ano de 2014, expressa uma leve recuperação do quantitativo dos pedidos de patentes. É possível observar o número de pedidos de patentes e verificar que o período de maior volume de depósitos ocorreu na fase em que a PROTEC iniciou suas atividades, proporcionando uma demanda expressiva junto à comunidade acadêmica, tanto gerada pelas atividades desenvolvidas junto aos pesquisadores, professores, departamentos, as empresas locais, como também na atuação do segmento de capacitação técnica dos servidores e colaboradores da PROTEC. Vale considerar que as ações desenvolvidas pela PROTEC gerou outras oportunidades para a produção técnico científica da UFAM diversificando as parcerias e as modalidades de interação com o setor produtivo.

Figura 3 - Total de depósitos de Pedidos de patentes UFAM/FUA junto ao INPI



Fonte: Autoria própria, 2015.

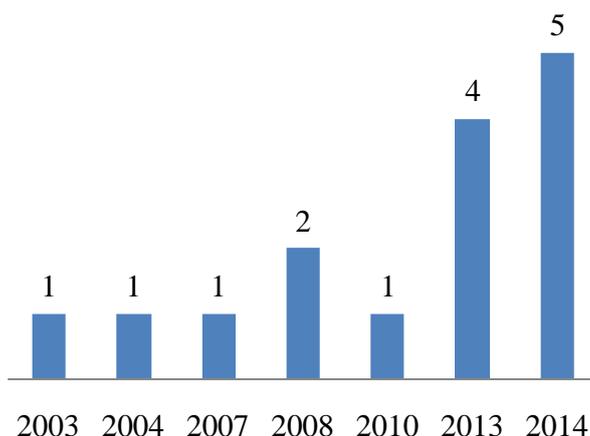
No Figura 4, apresentam-se os dados coletados junto a PROTEC no que se refere a registro de marcas e de programas de computador. É possível perceber uma crescente demanda por proteção dos conhecimentos gerados no âmbito da Universidade junto ao INPI no período de 2003 a 2014. Nota-se que, nos últimos anos do estudo (2013 – 2014), foi apresentado o maior número de solicitações de anotações para o período analisado.

Antes da criação da PROTEC, a média de registros de Marcas era de 0,75 por ano. No ano em que a PROTEC foi criada (2011) e no ano seguinte (2012) não houve nenhum registro, ainda assim a média de registros de marcas pós-criação da pró-reitoria é de 2,25 marcas por ano, o que resulta em um aumento 1,50 na média anual de registros de marcas na Universidade.

O Figura 5 apresenta 14 registros de programa de computador desenvolvidos pela UFAM no período de 2012 a 2014. Essa demanda crescente no período, está ligada aos trabalhos da PROTEC junto à comunidade acadêmica e ao planejamento do objetivo estratégico da Pro-reitoria (PROTEC, 2014) que estipulou em sua Meta 6 (do Objetivo Estratégico 2) que é orientar e acompanhar 20

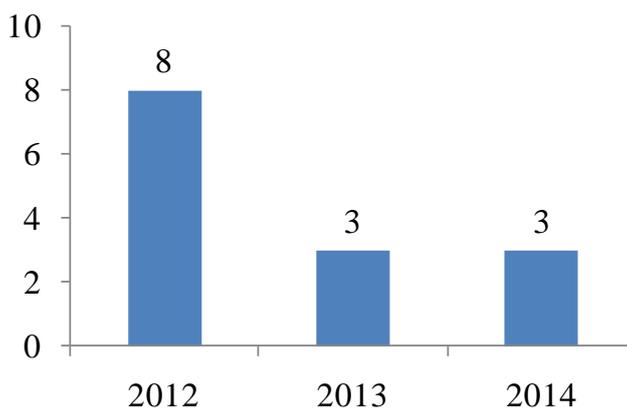
processos de proteção da Propriedade Intelectual, através do DePI e do apoio dos demais setores que fazem parte do Sistema de Inovação da UFAM que atuou na elaboração e operacionalização das metas, contribuindo para efetividade das ações. Pode-se notar que antes da criação da Pró-Reitoria não havia nenhum registro de programa de computador, a média anual pós a criação da PROTEC (2011 a 2014) é de 3,50 programas por ano. Ao se considerar o quantitativo de programas de computador que foram depositados em 2014, e ainda não foram publicados (6 programas), essa média sobe para 5 programas por ano.

Figura 4 - Quantidade de Registros de Marcas da UFAM, no período de 2003 a 2014



Fonte: : INPI, 2015.

Figura 5 - Quantidade de Registros de Programas de Computador da UFAM, no período de 2012 a 2014



Fonte: Portfólio 2014 PROTEC/UFAM.

De acordo com a PROTEC (2014) a primeira ação era solicitação de 05 registros de PI ao ano e foram realizadas 5 solicitações de registro de Patente, 2 exclusivas da UFAM, uma em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, uma em co-titularidade com a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e uma com a participação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Além de 5 pedidos de registros de patentes, foram solicitados 9 registros de

Programa de Computador e 1 (uma) solicitação de registro de Desenho Industrial em 2014. Logo foram feitas 15 solicitações de registros de PI em 2014.

CONCLUSÃO

Ao analisar e comparar os dados antes e depois da criação da PROTEC/UFAM, foi possível constatar a evolução, em números dos depósitos, e a importância da atuação da pró-reitoria para o contínuo aumento de solicitações de proteção junto ao INPI. Pode-se ilustrar e reconhecer a relação da PROTEC na realidade da proteção dos conhecimentos gerados na UFAM, por meio do aumento das médias anuais de depósitos de patentes (aumento de 2,75), registros de marcas (aumento de 1,50) e de programas de computador (aumento de 3,50).

Uma das mais importantes “[...] missões das instituições de pesquisa é criar conhecimento por meio da pesquisa e transferir esse conhecimento às outras pessoas por meio de publicação e ensino” (AUVIL & MARTIN, 2010, p. 207). Neste sentido, entende-se que para que isso ocorra, no âmbito da UFAM, é fundamental atender às necessidades internas, identificadas por meio da pesquisa, da universidade quanto aos seguintes fatores:

- Diversos órgãos da UFAM ainda não adotam entre suas metas a proteção da propriedade intelectual e a transferência de tecnologia para o setor produtivo;
- A PROTEC precisa ampliar suas ações de disseminação de conhecimento do significado da proteção dos ativos intelectuais no âmbito da UFAM;
- Os custos para efetuar os depósitos, principalmente, na via *Patent Cooperation Treaty* – PCT PROTEC e o acompanhamento e pagamentos anuais para manter as despesas junto ao INPI são onerosos para a instituição;
- Promover o despertar e a valorização da criatividade abrindo as portas para a iniciação científica, pelo estabelecimento de formas de estímulo e de premiação aos pesquisadores e entre outras ações, como está sendo iniciada em 2015.

O presente trabalho buscou analisar a importância da criação da PROTEC/UFAM no âmbito dos pedidos de depósito de patentes no INPI e durante a coleta e análise das informações. Os procedimentos analíticos adotados permitiram perceber um avanço importante nos anos posteriores a criação da PROTEC que ocorreu em 2011. Contudo, em que pese o histórico *gap* que separa as ICTs do setor produtivo, entende-se que faz-se necessário envidar maiores esforços para promover uma melhor interação entre os atores envolvidos no processo, no sentido de aproximar universidade-pesquisador-setor produtivo, formular estratégias para que haja um maior volume dos pedidos de patentes no INPI. Tais estratégias devem apreciar as necessidades já enunciadas no ambiente da pesquisa.

Outrossim, reconhece-se a necessidade da realização de novos estudos para que se possam buscar caminhos e estratégias para o aumento do quantitativo dos pedidos de patentes junto ao INPI pela UFAM através da PROTEC. Dentre ações implementadas pela PROTEC está a elaboração de um plano com ações estratégicas que alavanquem o Programa de Interação com Setor Produtivo-PITT que poderá adequar as soluções propostas neste estudo, no sentido de desenvolver a relação entre a PROTEC e os pesquisadores e a comunidade em geral. As ações envolvem a transferência das tecnologias patenteadas para o mercado. Nesse sentido, a pesquisa em curso intitulada “Apresentação de estratégias para a transferência e o licenciamento das tecnologias desenvolvidas pela UFAM”, poderá fornecer informações qualificadas para estabelecer caminhos para a interlocução e gestões das ações no sentido de transferência de tecnologia desenvolvidas na ambiência da universidade.

A PROTEC/UFAM pode continuar a manter um diferencial através de ferramentas de comunicação que estreite a conversação entre pesquisadores, UFAM e setor produtivo, tornando o conhecimento intelectual em propriedade e, por conseguinte, transferir tal conquista para a sociedade. Assim defende-se a proposição de um pacto para a disseminação da importância de se proteger os inventos acadêmicos e outros ativos e o que isso representa para a universidade e os benefícios para a sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, A. C. S. **Introdução ao Sistema de Patentes - Aspectos Técnicos, institucionais e Econômicos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2011, p 418.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 160.

AUVIL, S. P.; MARTIN, W. C. Trabalho com assessorial de patente e administração do processo de patenteamento. In: Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de tecnologia. **Manual prático de transferência de tecnologia – AUTM**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 298.

BRASIL. Decreto-lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF, 2 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm>. Acesso em: 29 abri. 2015.

CYSNE, M. R. F. P. Transferência de tecnologia entre a universidade e a indústria. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis (SC), v. 10, n. 20, p. 54 - 74, julho/dezembro, 2005.

INPI. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

LOTUFO, R. A. **A institucionalização do Núcleo de inovação tecnológica e a experiência do Inova UNICAMP**. In: SANTOS, M. E. R.; TOLEDO, P. T. M.; LOTUDO, R. A. Transferência de tecnologia: estratégias para a estruturação e gestão de Núcleo de Inovação tecnológica. Campinas: Komedi, 2009, p. 41 – 73.

PROTEC. Pro-reitoria de Inovação Tecnológica. Relatório de gestão da Pro-reitoria de Inovação Tecnológica de 2014 – PROTEC/UFAM. Manaus: Pro-reitoria de Inovação Tecnológica, 2014.

SANTOS, I. J. S.; AMARAL, Y. S.; ALVES, F. F.; GAVA, R. Propriedade Intelectual na Universidade Federal de Viçosa: uma análise da gestão por meio dos documentos de patentes. **Cadernos de Prospecção**, Salvador-BA, v. 8, n. 2, p. 255-256, 2015.

SILVA, K.; GODINHO, M. M.; TONHOLO, J.; UCHOA, S. B. B.; VASCONCELLOS, A. G. Patentes Acadêmicas x Patentes Universitárias: uma avaliação do inventor acadêmico nas patentes depositadas pela via PCT 2002-2012. **Cadernos de Prospecção**, Salvador-BA, v. 7, n. 3, p. 335-344, 2014.

UFAM. Universidade Federal do Amazonas. Portaria de nº 1.498 de 10 de setembro de 2010. Dispõe sobre a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica da Universidade Federal do Amazonas.

Manaus, AM, 10 de set. 2010. Disponível em: <http://www.protec.ufam.edu.br/attachments/005_Portaria%20N%201498_2007.pdf>. Acesso em: 28 abri. 2015.

UFAM. Universidade Federal do Amazonas. Resolução nº 009/2011 de 21 de setembro de 2011. Revoga a resolução de nº 070/2007 CONSUNI. Manaus, AM, 21 de set. 2011. Disponível em: <<http://conselhos.ufam.edu.br/attachments/article/50/res0092011suni.pdf>>. Acesso em: 28 abri. 2015.

UFAM. Universidade Federal da Bahia. Resolução de nº 010/2011 de 21 de setembro de 2011. Cria a Pró-reitoria de Inovação Tecnológica na estrutura da UFAM. Manaus, AM, 21 de set. 2011. Disponível em: <<http://conselhos.ufam.edu.br/attachments/article/50/res0102011suni.pdf>>. Acesso em: 28 abri. 2015;

REIS, L. G. **Produção de monografia da teoria à prática: o método educar pela pesquisa (MEP)**. Brasília: SENAC, 2010, 184p.